



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JOYCIEIDE VIVIA SOARES DE SOUZA

**A RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DA
PANDEMIA DA COVID-19**

ANGICOS

2022

JOYCIEIDE VIVIA SOARES DE SOUZA

**A RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DA
PANDEMIA DA COVID-19**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves

ANGICOS

2022

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S Souza, Joycieide Vivia Soares de Souza.
719 A RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO
CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 / Joycieide
Vivia Soares de Souza Souza. - 2022.
49 f. : il.

Orientador: Fádyla Késsia Rocha de Araújo
Alves Alves.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Pedagogia, 2022.

1. Educação. 2. Trabalho Docente. 3. Pandemia.
I. Alves, Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves,
orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Angicos
Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte
CRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

JOYCIEIDE VIVIA SOARES DE SOUZA

**A RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DA
PANDEMIA DA COVID-19**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Defendida em: 25 / 11 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves (UFERSA)
Presidente

Prof. Dr. Magnus José Barros Gonzaga (UFERSA)
Membro Examinador

Profa. Dra. . Kize Arachelli de Lira Silva (FAMEN)
Membro Examinador

*Dedico essa monografia a todos aqueles que
sempre acreditaram no meu potencial, amigos,
familiares e professores.*

AGRADECIMENTOS

Todo processo formativo é demasiadamente importante na construção intelectual de todo indivíduo, ela nos revela algo que ainda não conhecemos, o caminho é árduo e desafiador mas o final é compensador, que essa conquista seja apenas uma das primeiras que viram. Por isso agradeço:

Agradeço a Deus, pois graças a ele cheguei até aqui, ele quem deu meu forçado e motivação para percorrer toda essa trajetória.

Agradeço a Orientadora Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves pela confiança e por acreditar no meu potencial durante todo o processo de construção da pesquisa. Sua contribuição foi de suma importância para que eu pudesse concluir e acreditar na conclusão deste trabalho. Gratidão!

Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação na academia, foi uma longa trajetória que não se acaba por aqui, sempre levarei comigo todos ensinamentos, aprendizados e sermões, muito obrigada.

Agradeço aos meus familiares, com quem viverei por toda a minha vida, cada um tem um papel importante nessa trajetória.

Agradeço ao meu noivo, amigo de todas as horas, Alysson, que me apoiou nessa caminhada acadêmica me incentivando e me ajudando no que fosse preciso. Todo o meu amor e afeto!

Agradeço a minha amiga, Letronne, que esteve presente em todos os momentos da minha trajetória acadêmica. Obrigada por tudo!

“A educação é o desenvolvimento no homem de toda a perfeição de que sua natureza é capaz.” (Immanuel Kant)

RESUMO

Compreende-se que as condições de trabalho docente estão intimamente ligadas às condições do processo de trabalho nas escolas, ou seja, dependem de uma série de fatores. O sistema capitalista implicou novas configurações ao trabalho docente. Dessa forma, deve-se compreender que o docente, ocupa diversas funções na escola pública, e assume as exigências que estão além de sua formação enquanto docente. Em meio a isso, este trabalho teve o objetivo de analisar a Política de Valorização Docente e a Reconfiguração do Trabalho Docente da Rede Pública Municipal de Educação de Angicos/RN, e os impactos ocasionados pela Pandemia de Covid-19. A pesquisa utilizou-se de técnicas de pesquisa social e bibliográfica de cunho exploratório, e utilizou a técnica de coleta de dados por meio de entrevistas de tipo semi-estruturada. Os resultados apontam que na rede municipal de Angicos adotou-se o ensino na modalidade remoto e de forma precarizada, uma vez que a oferta não é igual para todos, e que há diversas dificuldades no acesso aos recursos básicos, como também aspectos geraram a intensificação e precarização do trabalho docente que se agravaram durante o ensino remoto. Essa nova situação solicita, cada vez mais, que esses profissionais estejam preparados para exercer uma prática contextualizada, atenta às especificidades do momento, à cultura local, ao aluno diverso em sua trajetória de vida e expectativas escolares.

Palavras-chave: Educação; Trabalho Docente; Pandemia.

ABSTRACT

It is understood that the conditions of teaching work are closely linked to the conditions of the work process in schools, that is, they depend on a series of factors. The capitalist system implied new configurations for the teaching work. In this way, we must understand that the teacher occupies several functions in the public school, and assumes the demands that are beyond his training as a teacher. In the midst of this, this work aims to analyze the Teacher Valuation Policy and the Reconfiguration of Teaching Work of the Municipal Public Education Network of Angicos / RN, and the impacts caused by the Covid-19 Pandemic. The research will make use of social and bibliographical research techniques of an exploratory nature, and uses the technique of data collection through semi-structured interviews. The results indicate that in the municipal network of Angicos, teaching was adopted in the remote modality and in a precarious way, since the offer is not the same for everyone, and that there are several difficulties in accessing basic resources, as well as aspects that generated the intensification and precariousness of teaching work that worsened during remote teaching. This new situation increasingly requires these professionals to be prepared to exercise a contextualized practice, attentive to the specificities of the moment, the local culture, the diverse student in their life trajectory and school expectations.

Keywords: Education; Teaching Work; Pandemic.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IC	Iniciação Científica
GETEPS	Grupo de Estudo e pesquisa em Teoria Política, Sociedade e Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério
FUNDEB	Fundo de manutenção e desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
DCH	Instituição de Ensino Superior Departamento de Ciências Humanas
BDTD	bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
SCIELO	Biblioteca Eletrônica Científica Online
BM	O Banco Mundial
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETO DE ESTUDO	16
1.2	QUESTÕES DE PESQUISA:	16
1.3	OBJETIVOS.....	16
1.4.1	Geral	16
1.4.2	Específicos	16
2	PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	17
3	ASPECTOS QUE CONFIGURAM O TRABALHO DOCENTE: AS MUDANÇAS HISTÓRICAS NO MUNDO DO TRABALHO.....	19
4	AS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL COMO REFLEXO DA POLÍTICA MUNDIAL....	25
4.1	O TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA DE COVID-19: RECONFIGURAÇÕES E ESTRATÉGIAS	27
5	POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE IMPLEMENTADAS NA PANDEMIA DE COVID-19 NO MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN: ANÁLISES DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO ENSINO REMOTO	33
5.1	AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO ENSINO REMOTO PARA OS/AS PROFESSORES/AS.....	34
5.2	A PARTICIPAÇÃO DOS/AS ALUNOS/AS NAS AULAS DURANTE O ENSINO REMOTO: AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM.....	35
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	41
	APÊNDICE A	43
	ANEXO A	47

1 INTRODUÇÃO

O campo de estudo subjacente ao tema Trabalho congrega um amplo espectro das relações de trabalho da sociedade capitalista. No seu escopo, incorporam-se também novas preocupações sobre relações de trabalho decorrentes dos processos de reestruturação produtiva, do incremento de novas tecnologias computacionais e do projeto da Indústria 4.0.

A década de 1970 marcou, significativamente, o contexto mundial no que diz respeito às mudanças no setor produtivo, administrativo e organizacional do capitalismo. Esse conjunto de transformações é decorrente do contexto da reestruturação produtiva em curso desde os finais dos anos 1960 e início da década de 1970, processo que tem circunstanciado a dinâmica de novas configurações dos padrões de acumulação capitalista e formas de trabalho.

Nesse contexto, foram forçadas diversas medidas administrativas em nível de Estado voltadas para frear a crise estrutural do capitalismo dos anos 1970 que teve como parte de suas consequências o esgotamento dos modelos de produção taylorista/fordista e o início do encerramento de um ciclo do Estado de Bem-Estar Social e do Keynesianismo. Tais acontecimentos acarretaram mudanças radicais na esfera social, econômica, cultural e educacional.

Em meio ao cenário de crise, as estratégias pensadas para retomada do crescimento econômico foram a adoção de um conjunto de medidas amparadas no neoliberalismo juntamente com ações direcionadas para a reorganização do Estado que refletiu de maneira significativa na forma de pensar a educação.

Nessa lógica, quanto ao neoliberalismo. As ações voltadas para a contenção da crise resultaram em cortes nos “gastos públicos” e em medidas burocráticas tomadas pelo Estado a fim de sanar as dívidas existentes e recompor o crescimento econômico. Nessa conjuntura, a educação tomou um novo rumo, na medida em que o novo modelo produtivo que estava em curso no país requeria um novo tipo de profissional que atendesse às novas perspectivas e demandas do mundo do trabalho.

Esse foi o contexto em que novas políticas educacionais foram desenvolvidas e menores quantidades de recursos orçamentários foram destinados à educação. Essas mudanças promoveram implicações no sistema educacional como um todo, levando a educação a uma perspectiva descentralizada, flexibilizada e precária. Essas políticas repercutiram de maneira direta sobre o trabalho docente, pois, a partir dessas mudanças, os

profissionais docentes teriam que se reinventar para atender as novidades exigidas pela sociedade.

As relações de trabalho configuram-se como uma conjuntura laboral que parte de um paradoxo de que a atual fase de desenvolvimento científico e tecnológico, é formada no anseio da economia informacional, que em sua estrutura orgânica impele condições de uma gama de conhecimentos necessários para contribuir no mundo do trabalho.

Partindo desse pressuposto, compreende-se que as condições de trabalho docente estão intimamente ligadas às condições do processo de trabalho nas escolas, ou seja, dependem de uma série de fatores, como, por exemplo, a jornada de trabalho, os recursos materiais, o tempo e espaço para o desenvolvimento das atividades planejadas, o horário de trabalho, as formas de admissão, o movimento da carreira docente, as condições de remuneração, a relação entre número de alunos por professor, entre outros fatores que permeiam o contexto educacional.

O sistema capitalista implicou novas configurações ao trabalho docente. Com o processo de descentralização, no qual se exige a participação de toda a comunidade escolar no planejamento educacional, o professor tem ampliado seu espaço de atuação, o que, juntamente com outros fatores, tem acarretado a intensificação do seu trabalho, uma vez que ele assume novas funções e responsabilidades no âmbito escolar que estão muito além do trabalho dispensado em sala de aula.

Compreender o trabalho docente requer entender a complexidade do processo de relações que constitui o seu eixo, o desempenho de seu trabalho enquanto docentes requer competências que possibilitem lidar com relações interpessoais, únicas e repletas de aspectos afetivos, valorativos, psicológicos e sociais.

A forma como organiza-se o trabalho em sociedade, em especial o trabalho docente, vem passando por um acentuado processo de transformação, que intensifica-se nas novas modalidades de trabalho no contexto da chamada “era digital”.

As mudanças no mundo do trabalho são decorrentes do contexto da reestruturação produtiva em curso desde a década de 1970, e que, desde então, produzem uma nova morfologia social no mundo do trabalho que se caracteriza, sobretudo, pela precarização das condições e formas diversas de trabalho (ANTUNES, 2018).

Dessa forma, devemos compreender que o docente, ocupa diversas funções na escola pública, e assume as exigências que estão além de sua formação enquanto docente. Segundo

Oliveira (2004) “ o trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação”. Assim, Gatti (2011, p.25) afirma: “Cada vez mais, os professores trabalham em uma situação em que a distância entre a idealização da profissão e a realidade de trabalho tende a aumentar, em razão da complexidade e da multiplicidade de tarefas que são chamados a cumprir nas escolas”.

Com as mudanças decorrentes das reformas educacionais, o professor assume a responsabilidade organizacional e social que ultrapassa toda a sua formação. Em meio a isso, Oliveira (2004) argumenta que “as reformas em cursos tendem a retirar deles a autonomia, entendida como condição de participação da concepção e organização do seu trabalho.”

No ano de 2020 a população de modo global foi surpreendida por uma crise Socioepidemiológicas do novo coronavírus SARS-CoV-2, causador da doença Covid-19, que impactou diretamente nos sistemas educacionais em todo o mundo, configurando novas formas de trabalho docente.

O trabalho dos docentes no contexto de pandemia, tendo como referência resultados de pesquisas semiestruturadas e revisão bibliográfica em um contexto de reconfiguração do trabalho docente.

As condições dos trabalhadores docentes hoje está recheada de uma série de variáveis que vão muito além do que um docente deveria cumprir em seu local de trabalho, a pandemia só mostrou o quanto isso é um fato, da mesma maneira que evidenciou as desigualdades sociais e educacionais que os profissionais estão sujeitos. Por esse motivo, Brzezinski (2008) aponta que a solução para os problemas da valorização docente, dentre eles as condições de trabalho, depende das ações desenvolvidas pelo Estado, ressaltando que não haverá equacionamento da questão enquanto o Estado brasileiro não assumir uma política global de formação e valorização destes profissionais.

Uma vez que o Estado brasileiro se encontra pautado no ideário neoliberal, a valorização do magistério continuará sendo apontada como prioridade nos documentos e legislações aprovados em âmbito nacional, porém, precisamos garantir aos professores, especialmente aqueles que atuam na educação básica, melhores condições de trabalho, carreira e remuneração, assim como as formações as quais se submetem precisam atender às suas necessidades na profissão docente.

O meu interesse por esse campo de estudo se deu desde o meu ingresso, em 2018, no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), quando tive a oportunidade de cursar, no primeiro semestre, o componente Fundamentos socioeconômicos e Políticos da Educação. As primeiras abordagens sobre as transformações do mundo do trabalho estudadas tinham como aportes teóricos estudiosos do campo marxista, tais como Harry Braverman (2012), Gaudêncio Frigotto (1994) e Ricardo Antunes (2009); (2018). O interesse por esta área de conhecimento me direcionou para a oportunidade de participar, como bolsista voluntária de Iniciação Científica (IC), do Projeto de Pesquisa intitulado Tecnopolítica e Mundo do Trabalho na Era Digital: Impactos na Educação e no Projeto de Pesquisa intitulado As condições do trabalho docente como elemento de valorização na rede pública municipal de educação de Angicos/RN, vinculado ao Grupo de Estudo e pesquisa em Teoria Política, Sociedade e Educação – GETEPS, do Departamento de Ciências Humanas (DCH) da Ufersa.

Para a definição e delimitação do objeto de estudo deste projeto de pesquisa, intitulado As condições do trabalho docente como elemento de valorização na rede pública municipal de educação de Angicos/RN, realizou-se uma pesquisa exploratória do tipo Estado D'Arte com o objetivo de identificar produções publicadas nos últimos anos em periódicos científicos nacionais, bancos de dados institucionais, bem como em livros que abordam temáticas envolvendo as áreas temáticas mundo do trabalho e trabalho docente e educação. Dentre os estudos realizados, chegou-se à delimitação do objetivo desta pesquisa, a saber: Analisar a Política de Valorização Docente e a Reconfiguração do Trabalho Docente da Rede Pública Municipal de Educação de Angicos/RN, e os impactos ocasionados pela Pandemia de Covid-19.

O primeiro esforço se voltou para a consulta às bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) vinculada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que caracteriza como uma entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para incentivo à pesquisa no Brasil, importante banco de dados nacional que congrega a maior parte da produção científica e acadêmica do país. Nesse processo, se desenvolveu a busca de estudos sobre a área mundo do trabalho e trabalho docente e suas interfaces com a educação, de modo que as publicações trouxessem contribuições para o desenvolvimento e definição do objeto de estudo. Ainda como parte do levantamento inicial e construção do Estado D'Arte, buscamos referências em periódicos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e Biblioteca

Eletrônica Científica Online (SciELO), assim como também em autores que têm grandes contribuições para esse trabalho em seus pressupostos políticos e sociais como Antunes (2020), Braga (2018), Alves (2008), Saviani (2007), Gadotti (2012), Frigotto (1987), Oliveira (2003) e Monlevade (1996) entre outros.

A pesquisa desenvolveu-se no âmbito da iniciação científica, que é parte constitutiva do projeto de pesquisa “As condições do trabalho docente como elemento de valorização na rede pública municipal de educação de Angicos/RN”, o qual está vinculado ao grupo de estudo e pesquisa em teoria política, sociedade e educação – Geteps, do departamento de ciências humanas do centro multidisciplinar de angicos da Ufersa.

A pesquisa, que ora se apresenta, utilizou-se de técnicas de pesquisa social e bibliográfica de cunho exploratório, e utiliza da técnica de coleta de dados por meio de entrevistas de tipo semi-estruturada *in loco* que está estruturada e delimitada para possibilitar o alcance de objetivos específicos do projeto na medida em que pretende desenvolver ações integradas nas etapas da pesquisa.

1.1 OBJETO DE ESTUDO:

Analisar a Reconfiguração do Trabalho Docente da Rede Pública Municipal de Educação de Angicos/RN, e os impactos ocasionados pela Pandemia de Covid-19.

1.2 QUESTÕES DE PESQUISA:

1. Quais as reconfigurações do trabalho docente da rede pública municipal de educação de Angicos/RN, durante a pandemia de Covid-19?
2. Quais Políticas de Valorização Docente foram realizadas durante a pandemia de Covid-19?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral:

- A Reconfiguração do Trabalho Docente da Rede Pública Municipal de Educação de Angicos/RN, durante a Pandemia de Covid-19, no período de 2020 a 2021.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar a reconfiguração do trabalho dos docentes da rede pública municipal de educação de Angicos/RN durante a Pandemia de Covid-19.
- Conhecer e analisar as implicações da reconfiguração do trabalho docente no contexto da Pandemia de Covid-19 na saúde desses trabalhadores.
- Compreender como ocorreu o processo de trabalho remoto e quais políticas de valorização docentes foram implementadas na rede pública municipal de educação de Angicos/RN durante a Pandemia de Covid-19.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A perspectiva histórico-crítica não apenas contempla a descrição do fenômeno, mas se empenha também em explicá-lo para transformar a realidade, a qual não é estática, mas sim dinâmica, construída em um processo constante de mudança, impulsionada de contradições e tensões existentes na sociedade.

Compreendemos, a partir de uma investigação histórica e dialética, que a pesquisa sobre a A RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19, a partir da problemática da valorização dos professores, não pode ser explicada em suas particularidades, mas somente na relação contextualizada e dialógica entre seus limites com o todo e no processo, buscando explicações em seu contexto histórico, num movimento incessante e não determinista, configurando-se como um fenômeno histórico-social, politicamente construído nas contradições internas da realidade, a partir de interesses, exigências e conflitos emanados na sociedade capitalista.

Na investigação, aplicou-se seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, coleta de dados das condições de trabalho dos professores e análise dos dados. A investigação será realizada mediante consulta e análise de livros, teses e dissertações, periódicos, relatórios, documentos oficiais e legislações acerca do assunto, num processo de investigação bibliográfica.

Foi utilizado como referência bibliográfica para fundamentar essa pesquisa Gil (2002), ao se debruçar sobre sua tese, compreende-se que toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica. Segundo (Gil, 2002, p. 29) A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.

O autor em suas falas ressalta sua opinião sobre a escolha do material analisado:

Os livros de referência, também denominados livros de consulta, são aqueles que têm por objetivo possibilitar a rápida obtenção das informações requeridas, ou, então, a localização das obras que as contêm. Dessa forma, pode-se falar em dois tipos de livros de referência: livros de referência informativa, que contém a informação que se busca, e livros de referência remissiva, que remetem a outras fontes. (GIL, 2002, p. 44).

A pesquisa foi desenvolvida sob o prisma metodológico do Materialismo Histórico e Dialético, o qual compreenderá o objeto de estudo em análise como parte de um processo das relações sociais de produção da sociedade, na atual fase de desenvolvimento do capitalismo.

Por esse método, a compreensão e o desvendamento do objeto de estudo, enquanto parte constitutiva da realidade social, considerará as mediações e interconexões com a totalidade das relações que lhe é subjacente. Segundo Frigotto (1991) a dialética materialista histórica, é aquela que entende-se como uma ruptura entre a ciência da história e as análises metafísicas variadas.

No âmbito da pesquisa, no que diz respeito a coleta de dados, foi realizada a entrevista semi-estruturada a partir de questionário definido previamente para tal finalidade, tal como define Manzini (1995); (2001); (2003.). Para Manzini (1990/1991, p. 154)), a entrevista semi-estruturada é aquela que está focada no assunto sobre o qual é elaborado um roteiro com perguntas principais, que serão complementadas por questões inerentes às circunstâncias referentes à entrevista. Nesse tipo de entrevista, as respostas são coletadas de acordo com a compreensão do entrevistado e também as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas a serem seguidas.

Pela natureza do objeto de estudo da pesquisa, esse tipo de entrevista permite não apenas que se obtenha informações descritivas sobre os fenômenos sociais estudados, mas também a explicação e a compreensão de suas totalidades.

Os estudos desenvolvidos acerca da fundamentação teórica que trata das políticas de valorização docente a nível nacional, regional e local. Busca-se desenvolver a investigação desta pesquisa considerando a essência dos acontecimentos advindos da política educacional em nível nacional e local, no que se refere às políticas de valorização docente da educação básica, e não apenas à sua aparência. Assim, o objetivo é desvelar as contradições do objeto investigado, uma vez que ele não está isolado dos aspectos sociais, econômicos e políticos que o compreendem.

Para tanto, o objeto investigado partiu de uma análise histórica, crítica e dialética que oportunize considerar a realidade em um contexto social, político e econômico. Logo, preocupamo-nos com o processo da pesquisa em sua totalidade, e não apenas com os resultados ou produtos.

3 ASPECTOS QUE CONFIGURAM AS MUDANÇAS HISTÓRICAS NO MUNDO DO TRABALHO

As mudanças decorrentes da dinâmica do capitalismo expressam traços característicos do cotidiano que tornam a informação, o conhecimento e a aprendizagem matrizes que adquirem valor em tempo real, na medida em que estas são manipuladas, processadas, transmitidas e armazenadas para atender a lógica da economia informacional do capitalismo global.

Uma vez que, na chamada “era digital”¹, o conhecimento e a informação constituem componentes centrais da dinâmica do capitalismo informacional, as pessoas são, cada vez mais, compelidas, ideologicamente, a adquirirem conhecimentos para agregá-los à força de trabalho e, assim, “ocupar” espaços na estratificação da vida social.

Por esse prisma, a educação assume um caráter instrumental e passa a ser compreendida como uma forma de investimento que possibilita retorno para os indivíduos e para o capital. Assim, os indivíduos são levados a acreditarem que o montante de investimentos que realizam em busca de conhecimentos trazem retornos econômicos futuros, tal como pressupõe a chamada teoria econômica do capital humano, concebida por Theodore Schultz (1973). Essa característica, herdada da teoria do capital humano, induz as pessoas a adquirirem conhecimentos e habilidades úteis ao capital. Nessa perspectiva, o indivíduo capacitado e provido de habilidades específicas teria ganhos adicionais traduzidos em ocupações com maiores retornos salariais.

Essa teoria se incorporou aos processos de trabalho da chamada reestruturação produtiva do capital delineada nas últimas décadas. Com efeito, as transformações geradas pelo processo de reestruturação produtiva engendram preocupações com a escolarização de trabalhadores, na medida em que esta atende o interesse do mercado e a lógica da exploração do trabalho enquanto cerne do capitalismo global. Essa ideia que se aporta no interesse do mercado está se inserindo de maneira transparente e cognoscente.

As transformações no mundo do trabalho, oriundas do processo de reestruturação produtiva, começaram a ganhar visibilidade a partir da década de 1970, contexto de crise do Estado de Bem-Estar Social, onde ocorreu a implementação de padrões gerenciais e tecnológicos provenientes dos avanços da microeletrônica, das redes computacionais, dos

¹ A Terceira Revolução Industrial ou Era Digital/Era da Informação, teve o seu início no século XX, marcado pela fase pós industrialização, momento em que a eletrônica tornou-se o marco de modernização da indústria e otimização dos fluxos informacionais no mundo.

sistemas telemáticos e robóticos. Os anos de 1970 marcaram de maneira significativa o contexto mundial no que concerne aos processos de mudanças no setor produtivo, administrativo e organizacional. O processo de reestruturação produtiva, oriundo da crise do modelo capitalista de produção fordista/taylorista, se iniciou durante a metade do século XX. As mudanças ocorridas a partir da década de 1970 trouxeram novas estratégias de produção ao alterar as estruturas do mundo produtivo.

O novo modelo de produção, pensado para superação das perspectivas tayloristas e fordistas, incorporou significativas mudanças no labor, na medida em que a classe trabalhadora foi instada à capacitação para adquirir conhecimentos úteis que pudessem capacitá-la para atuar de modo flexível em “todo” processo de produção. A reestruturação produtiva se ergue a partir da necessidade de solução de uma crise estrutural já existente. As mudanças nos processos produtivos visavam atender uma nova perspectiva de produção que tinha como cerne a produção sob demanda. As transformações decorrentes do processo de reestruturação produtiva preparam, em termos tecnológicos e gerências, à transição do modelo fordista/taylorista para o modelo toyotista japonês.

A partir da introdução de novas técnicas de gestão da força de trabalho aplicada à tecnologia informacional utilizada em computadores no processo produtivo e de serviços para o avanço do capitalismo, novas formas de trabalho ganharam espaço, assim como novos modelos de contratação com empresas flexíveis, liofilizadas e robotizadas. Neste modelo de gerência produtiva, praticamente todo o processo estava voltado para a produção de bens materiais, que por sua vez consolidava uma nova experiência organizacional, com investimentos em tecnologias avançadas, em profissionais especializados, na produção modular, na informação, na geração de serviços e na produção e transmissão da informação. Essa dinâmica foi paulatinamente sendo concebida pelo investimento maciço na produção de conhecimentos científicos e de sua aplicação tecnológica no sistema produtivo.

Os investimentos na educação, ciência e tecnologia resultaram no desenvolvimento da microeletrônica, de sistemas computacionais, da biotecnologia e de novos recursos para o incremento da ciência aplicada à produção. Tudo isso resulta num contexto que configura um processo de reestruturação produtiva permanente, onde a tecnologia, resultado da criação humana, passa a ser instrumento de real importância para as grandes corporações, pois é nela que se sustenta o poder de produção.

A conjuntura de crise do capitalismo favoreceu que a implementação de políticas econômicas e medidas administrativas fossem pensadas para frear as consequências da

decadência dos modelos de produção taylorista/fordista que já davam os seus primeiros sinais de esgotamentos ocasionados por um quadro crítico no padrão de acumulação capitalista, contexto que abre caminho para o encerramento de um ciclo do Estado de Bem-Estar Social e do keynesianismo triunfante à época. Tais desdobramentos acarretaram em mudanças na esfera social, econômica e cultural. Em meio a esse cenário, para solucionar a crise do capitalismo, foram adotadas medidas sustentadas no ideário neoliberal juntamente com um conjunto de intervenções para a reorganização do Estado que até então necessitava de meios para frear os problemas gerados pela crise. Nessa lógica:

As políticas neoliberais e o complexo midiático-cultural que sustenta a hegemonia neoliberal, instituiu um poderoso mecanismo de produção da consciência e de construção de um novo consentimento social às necessidades da produção orgânica do capital centradas no toyotismo, que atinge e seduz ganhadores e perdedores, incluídos e excluídos. As novas habilidades cognitivas e comportamentais possuem significação contraditória. Por um lado, expressam a exigência orgânica da produção de mercadorias, com suas novas qualificações adequadas à lógica do toyotismo, com suas novas exigências de subsumção real do trabalho ao capital. Por outro lado, expressam habilidades humanas exigidas pela nova base técnica de produção do sistema orgânico do capital, buscando serem compatíveis com um novo sistema de máquinas complexas, produto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (ALVES, 2007, p. 250).

O neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva são dimensões de um mesmo processo contraditório que configura um novo estágio de desenvolvimento capitalista. Esse processo representa uma tendência de uma reestruturação produtiva permanente, onde a tecnologia, resultado da criação humana, consolida-se cada vez mais como instrumento substancial para as grandes corporações que fortalecem a tecnologia enquanto poder de produção. O novo modelo de produção capitalista incorporou novas formas organizacionais e gerenciais na produção que mudaram radicalmente as formas peculiares de gestão da força de trabalho. Nesse aspecto, a reestruturação produtiva representou uma série de mudanças no modelo de produção e, em conjunto com a base neoliberal, consolidou as formas de flexibilização, terceirização e precarização das condições do trabalho.

Todavia, esse processo não se efetivou sem a atuação do Estado em nível global, na medida em que este imprimiu reformas orientadas para o ajuste fiscal. As medidas adotadas se direcionaram para os cortes nos gastos públicos e em ações burocráticas tomadas pelo Estado com o intuito de acabar com a dívida existente e recompor a economia em crise. A conjuntura favoreceu que os sistemas educacionais tomassem um novo rumo, pois, o modelo produtivo que tinha se instaurado no país requeria um tipo de profissional que atendesse as novas perspectivas e demandas do mundo do trabalho. A partir desse momento, novas políticas

educacionais foram delineadas e menores montantes de recursos foram destinados à educação. Tais alterações implicaram no campo educacional como um todo, levando os sistemas educacionais para o caminho da descentralização, flexibilização e precarização.

As contradições se acirram ainda mais no mundo do trabalho com o incremento recente de novas tecnologias computacionais sofisticadas voltadas para o gerenciamento e controle das atividades industriais e de serviços na Era Digital.

Assim, na “era digital”, se revela o mascaramento das contradições do mundo do trabalho, na medida em que a classe trabalhadora permanece cada vez mais vulnerável às diversas formas de exploração e sujeição à lógica do capital.

A tentativa de definir o termo Era Digital e seu desenvolvimento enquanto processo histórico requer uma abordagem dialética e analítica mais profunda sobre os escritos que tratam o tema, tendo em vista que as teorias existentes ainda não dão conta plenamente de sua definição *a priori*. Dentre os autores que desempenharam papéis de destaques no tocante às formulações teóricas que se remetem as definições do contexto associado a transição da era industrial para a chamada sociedade pós-industrial, cujas características se assentam na crescente valorização do conhecimento e da informação como componentes centrais do capitalismo, podemos destacar Bell (1974).

Alude-se que a chamada Era da Informação teve início por volta da década de 1970, período ao qual pode-se notar um grande avanço no setor de serviços, o que implicou na diminuição de empregos no setor industrial. A partir de análises empíricas de dados estatísticos da sociedade norte-americana, Bell (1974) formula uma tese sobre a passagem da era industrial para era pós-industrial, caracterizada por uma sociedade pós-industrial calcada no advento das transformações tecnológicas do capitalismo global. Para o autor, as grandes transformações ocorridas na estrutura setorial de empregos, decorrentes do avanço do capitalismo, seriam resultados da suposta sociedade pós-industrial.

Essa nova era social, que prevê o desenvolvimento tecnológico e o futuro da sociedade com caráter utilitarista do conhecimento, se insere no escopo da estratificação social. Bell (1974) indica uma nova configuração de classe na sociedade, onde os portadores de conhecimento se tornaram a mais nova classe dominante da sociedade. Essa ideia do conhecimento como matéria-prima do capitalismo encontra-se imbricada à política social e à economia em geral.

Desse modo, se abriria caminhos para o conhecimento se tornar mercadoria sujeita ao valor de troca no mercado. Num sentido análogo ao contexto de transformações nas esferas

tecnológicas e gerenciais, Castells (2001) caracteriza como advento da sociedade informacional. Nesta, tudo está voltado para a produção de bens materiais, a qual consolida uma nova experiência organizacional, no investimento em tecnologias avançadas, em profissionais especialistas, na produção modular, na informação, na geração de serviços e na produção e transmissão da informação. Essa dinâmica foi sendo concebida pelo investimento maciço na produção de conhecimentos científicos e de sua aplicação tecnológica no sistema produtivo.

Com a expansão da economia informacional, nessa nova fase do capital, as transformações tecnológicas acarretam impactos significativos no mundo do trabalho com potencial desenvolvimento de novas formas laborais que caracterizam, conforme Antunes (2020), o precário “trabalho digital”. A redução significativa nos campos de trabalho² do setor industrial ao longo dos últimos anos, em função do aumento do setor de serviços e do trabalho terceirizado, constitui uma tendência, enquanto que as atividades de serviços, mediadas pela plataformização³ de tecnologias digitais, passam a ocupar um lugar de destaque em relação às atividades que outrora eram realizadas por empresas do setor industrial.

É nesse contexto contraditório que novas modalidades de trabalho vêm se constituindo na esfera da economia informacional e do precarizado mundo do trabalho. Constituem trabalhadores desse campo, principalmente os que se vinculam as Tecnologia da Informação e que realizam o chamado “trabalho online”, o “trabalho digital”, bem como os trabalhadores de aplicativos, de *call center*, dentre tantos outros de modalidades congêneres, conforme explicita Antunes (2018): “submetidos a essas modalidades de trabalho, com contratos “zerados”, “uberizados”, “pejotizados”, “intermitentes”, “flexíveis”, os trabalhadores ainda são obrigados a cumprir “metas”, impostas frequentemente por práticas de assédio capazes de gerar adoecimentos, depressões e suicídios.

Essas novas modalidades de trabalho se desenvolvem em condições degradantes, de extrema precarização, com insegurança e ausência de garantias assistenciais, ao mesmo tempo em que se propaga a ideia que o trabalhador (colaborador, sócio) é ele mesmo o dono do seu produto, discurso propagado sob o manto ideológico do empreendedorismo.

O novo trabalhador flexível, polivalente e prestador de serviços é resultado das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, processo cada vez mais potencializado pelo modelo econômico, político e ideológico neoliberal.

² Pode-se definir o trabalho como toda e qualquer atividade que altere o estado natural das coisas para melhorar sua utilidade.

³ A penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas em diferentes setores econômicos e esferas da vida (POELL, 2020).

Esse processo, imanente às condições sócio metabólicas do capital, reificado na lógica neoliberal produtiva hegemônica traz consigo uma série de transformações na sociedade e na economia onde o aprendizado constitui a nova forma de trabalho e as informações são mediadas digitalmente pelo computador. Dessa forma, as tecnologias da de informação e comunicação configuram-se como um componente central entre os distintos mecanismos de acumulação criados pelo capitalismo financeiro de nosso tempo (Antunes, 2020). Os rumos que a sociedade vem tomando em direção a “Era Digital” é resultado do domínio do capitalismo sobre os processos de produção e reprodução da vida social.

4 AS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL COMO REFLEXO DA POLÍTICA MUNDIAL

Para compreender as políticas de valorização docente no Brasil é necessário reconhecer todo um passado histórico, inseridos nas lutas dos movimentos sociais dos profissionais da educação na busca por uma educação de qualidade, com transparência e prestação de contas. Para chegar ao que conhecemos hoje por educação, necessitamos conhecer um pouco sobre todas as nuances que marcaram a história da educação brasileira.

No ano de 1944 nasceu em Bretton Woods o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. O Banco Mundial (BM) é um grupo composto pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Desde o início de seu surgimento o Banco Mundial (BM) tem a missão de influenciar as decisões que são tomadas pelos representantes de cada país. Dessa forma, segundo Toussaint (2021 p. 55): “Ao contrário do que se pensa, a missão do Banco Mundial não consiste na redução da pobreza nos países em desenvolvimento”.

Nesse prisma, a educação entra numa lógica mercantilista, que resulta na precarização do trabalho docente, colocando os profissionais em condição de exploração, intensificação e ampliação da jornada de trabalho.

Nesse sentido, o BM concebia a educação como uma forma de compensação da situação de pobreza existente no país que se encontrava nos ajustes econômicos, dessa maneira, a educação é considerada um mecanismo fundamental na aquisição de um novo padrão de acúmulo do capital em nossa sociedade.

Perpassando por isso, foi na década de 1990 a partir da implementação das políticas neoliberais e das Reformas do Estado e da Educação que houve uma regulamentação para o financiamento da educação.

Com as reformas educacionais ocorridas na década de 1990, a Emenda Constitucional (EC) n.14, criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério (Fundef), assegurado pela Lei n. 9.424 em 24 de dezembro de 1996. Mais adiante, foi criado o Fundo de manutenção e desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), assegurado pela Lei n. 11.494, em 20 de junho de 2007.

O Fundef é fruto das reformas educacionais centradas em uma política redistributiva que visava a reorganização do financiamento da educação e tinha como objetivo minimizar as desigualdades existentes na rede pública de ensino, já o Fundeb é caracterizado como um

Fundo especial, de natureza contábil, composto por recursos que são provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal, que contempla toda a educação básica.

Por outro lado, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb⁴, sempre foi incerto, levando em consideração o fato de que esta política, a princípio, não foi criada como uma política permanente ou de Estado⁵, e no que se refere a relação entre o financiamento e a gestão, o papel da União seria a busca de maior articulação entre os entes federados como forma de garantir a manutenção e permanência desse fundo, uma vez que, o financiamento é um caminho para que as condições de carreira e remuneração sejam coerentes com as necessidades da categoria, atendendo todas as especificidades e garantindo ações que promovam uma educação de qualidade. A partir de sua criação, Araújo (2017) ressalta:

A política de Fundos tornou-se, então, o principal instrumento de financiamento do ensino fundamental e, em seguida, da educação básica, a partir da reforma do Estado, pois foram estratégias pensadas para garantir o princípio da aplicação dos recursos destinados ao setor educacional, a valorização do magistério e a eficiência nos gastos públicos, bem como a melhoria na qualidade de ensino. (Oliveira, 2017 p.46)

O percurso tomado pelas bases legais do financiamento da educação não percorre um caminho contínuo e linear. Ela é marcada por avanços e recuos, decorrentes dos contextos sócio-históricos, econômicos, políticos e sociais vigentes, que torna o Fundo uma peça socialmente construída e dependente que limita o financiamento na superação dos problemas educacionais. Dessa forma, DOURADO, MARQUES E SILVA (2021) expõem:

A discussão sobre o financiamento da educação básica tem sido objeto de estudos, debates e proposições político-pedagógicas complexas, envolvendo a vinculação e subvinculação de recursos e outros dispositivos legais, dentre eles a Constituição Federal – CF de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, o Plano Nacional de Educação – PNE, Emendas Constitucionais – ECs, bem como diretrizes e pareceres do Conselho Nacional de Educação – CNE (DOURADO, MARQUES E SILVA, 2021. p.).

⁴ A Política de Fundos é um mecanismo de redistribuição dos recursos vinculados à educação constitucionalmente, ou seja, trata-se de uma subvinculação desses recursos para serem usados em ações específicas e prioritárias da área educacional.

⁵ O conceito de Estado corresponde a um conjunto de instituições no campo político e administrativo que organizam o espaço de um povo ou nação.

A garantia de fundos com recursos destinados à educação, assenta-se como forma de democratização da educação básica, da valorização de todos os profissionais da educação, além de contribuir para a efetivação e melhoria das modalidades de ensino. Em decorrência disso, as fontes de recursos destinadas para o financiamento da educação pública no Brasil são provenientes dos impostos arrecadados da população pelos entes federados e pela contribuição do salário educação, desse modo, os recursos não são suficientes para atender a todas as modalidades da educação e só podem ser aplicados na educação básica. Diante do exposto, segundo Oliveira (2017):

É fundamental uma política de financiamento coerente com a proposta de valorização analisada em documentos e legislações regulamentados desde a reforma educacional da década de 1990 até os dias atuais, pois esses documentos apontam para uma evolução, ainda que lenta, da valorização docente, bem como nos permitem confirmar que a valorização do magistério é um elemento crucial na política educacional e compreende, assim, uma luta histórica dos profissionais da educação decorrente de longa data (OLIVEIRA, 2017, p. 27).

Nesse sentido, observa-se o fato de que as políticas de valorização docente são executadas como estratégias de racionalização dos recursos brasileiros, uma vez que tais recursos e políticas são reflexo de uma ação política mundial que visa manter os países em desenvolvimento, como o Brasil, em constante estado de dependência financeira.

4.1 O TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA DA COVID-19: RECONFIGURAÇÕES E ESTRATÉGIAS

Tal como concebe Marx (2011): “o trabalho é antes de tudo um processo que envolve o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. Dessa forma, toda e qualquer criação material do homem está ligada à natureza, pois a fonte principal de recursos do homem é a natureza. Nesse processo, o homem confronta-se com a natureza e põe em movimento as forças naturais do seu corpo, braços, pernas, cabeças e mãos com o objetivo de apropriar-se da natureza e lhe imprimir forma útil à vida humana. No entanto, o trabalho produtivo no capitalismo degenera a relação orgânica do homem com a natureza e lhe impõe um valor utilitário quando necessita da compra da força de trabalho humano.

No curso desse processo, o avanço do capitalismo tem propiciado transformações técnicas e científicas que impactam de modo radical nas configurações do mundo do trabalho. Como desdobramento, a alienação subjuga o trabalho humano e o ser humano, enquanto ser social, é convertido e reduzido a trabalhador, produtor de coisa, cuja função vital é a geração de mais valia. Como consequência, a capacidade criativa do trabalhador dar lugar a alienação. Esse processo alienante, imanente ao capitalismo, opera em quaisquer condições e situações: não distingue sexo, gênero, grupo social, etnia, região ou nacionalidade. Quanto mais se expande o capitalismo, mais se diversificam as suas formas de exploração.

As reformas educacionais iniciadas na década de 1990 seguem um percurso de uma reestruturação permanente na sociedade que reflete em diversas mudanças administrativas e produtivas. O incremento desse novo sistema organizacional capitalista, têm incorporado mudanças significativas para o trabalho dos docentes, por se tratar de reformas que refletem em todo o sistema educacional de ensino, provocando mudanças e uma reestruturação do trabalho docente. O processo de reestruturação produtiva permanente tem modificado todo o sistema produtivo, no meio escolar apontando para uma maior flexibilidade, que modifica toda a estrutura da organização e as exigências do trabalho docente.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou à população de todo o mundo que havia uma nova doença e que o surto do novo coronavírus seria uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em 11 de março de 2020, a OMS divulgou que a Covid-19 se configura como uma pandemia. Logo a população mundial foi orientada a ficar em casa e respeitar o isolamento social como maneira adequada de combate a pandemia. Essa medida resultou em impactos nas atividades laborais, tendo em vista o impedimento da população estarem fisicamente nos seus locais de trabalho e passarem a realizá-lo em suas casas junto com sua família.

Desse modo, Boaventura de Sousa Santos aponta que:

A pandemia e a quarentena estão a revelar que são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum. Esta situação torna-se propícia a que se pense em alternativas ao modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver nestes primeiros anos do século XXI.(Santos, 2020, p.29)

Com a acentuação da pandemia da Covid-19 que se espalhou de maneira rápida e devastadora de forma global, reformulando as maneiras de relações e sociais e segurança

sanitária, houve uma reformulação em todos os setores de trabalho, inclusive no trabalho dos docentes com a proposta de contingência do vírus a oferta do trabalho escolar e do ensino remoto, sob a égide de manter garantido o direito ao acesso à educação de crianças, jovens e adultos.

Em consequência das reformas de Estado anteriormente implementadas pelos governos e instituições, no ano de 2020 toda a população brasileira foi surpreendida com as consequências sócio-epidemiológicas do novo coronavírus SARS-CoV-2, causador da doença Covid-19, por sua falta de estrutura e de profissionais que estivessem altamente preparados para o enfrentamento da crise que viria ocorrer.

As reformas neoliberais ocorridas nas décadas passadas deixaram os países despreparados para enfrentar contextos complexos como a pandemia da Covid-19. Em virtude disso, todas esferas sociais foram prejudicadas num patamar de crise social, econômica, política e educacional.

A pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita. Dessa forma, a pandemia mostrou o quanto as relações de trabalho em todas as esferas sociais podem ser frágeis. O novo perfil de trabalhador docente é aquele que desempenha várias tarefas e se flexibiliza em seu ambiente de trabalho para suprir todas demandas que possam existir. De acordo com Oliveira (2004):

O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. O trabalho docente amplia o seu âmbito de compreensão e, consequentemente, as análises a seu respeito tendem a se complexificar. (OLIVEIRA, 2004, p. 1132).

No campo educacional, houve toda uma reconfiguração no ensino e na sua forma de oferta, como medida de contingência a Covid-19. As novas relações sociais e profissionais foram repensadas, criadas e ressignificadas, alterando assim a forma de trabalho de muitas pessoas, que passaram a trabalhar remotamente, famílias que tiveram que conviver cotidianamente e superar vários conflitos, pessoas ficaram afastadas de seus familiares, e tiveram também àqueles que continuaram nas suas atividades por serem consideradas como trabalho essencial.

Em meio a uma crise emergencial, onde todas as esferas da sociedade sofriam com as consequências severas causadas pela Covid-19, Vieira (2013) destacam a importância de a valorização docente:

A valorização profissional aparece na CF e na LDB como um dos princípios da educação, ao lado de outros, voltados para o direito à educação de qualidade. Embora implícita, essa relação só ganha relevância social à medida que se consolidam políticas públicas orientadas nesse sentido. Dialeticamente, a importância atribuída pela sociedade à valorização profissional força os governos a apresentarem políticas correspondentes (VIEIRA, 2013, p. 38).

Todo esse cenário impactou na educação, a pandemia e a quarentena nos revelou que é possível criar diversas alternativas, para que a sociedade se adapte aos novos modos de viver quando se faz tão necessário ao bem comum. Com o fechamento das escolas, uma nova modalidade de ensino foi implantada no sistema educacional, o ensino remoto como forma de substituir as aulas presenciais. O distanciamento social em decorrência da pandemia desestruturou toda a rotina de crianças, adolescentes e adultos de maneira global.

Segundo Galvão (2021): “O termo ensino remoto passou a ser usado como alternativa de garantia de educação não presencial. O “ensino” remoto é posto como um substituto excepcionalmente adotado no período de pandemia, em que a educação presencial se encontra interdita”.

No contexto da pandemia, o termo “ensino remoto” se popularizou. O isolamento social, necessário para impedir a expansão da infecção por Covid-19, fez com que as atividades presenciais nas instituições educacionais deixassem de ser o “normal”. Por isso, as instituições educacionais passaram a utilizar de forma generalizada estratégias de EaD. O problema é que, para manter as atividades regulares funcionando na “nova normalidade” criada pela pandemia de Covid-19, muitas instituições, especialmente do setor privado, começaram a utilizar estratégias que violavam a legislação vigente utilizando um eufemismo: o ensino remoto. Outros nomes mais pomposos também foram utilizados para ocultar o processo de imposição de arremedos de EaD: Ensino por meio de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), Calendário Complementar, Estudo Remoto Emergencial etc. (ANDES-SN, 2020, p. 12-13).

Diante desse contexto, não restam dúvidas que a pandemia intensificou os problemas e criou lacunas nas questões educacionais já existentes, como por exemplo, a escassez material e de formação docente, que evidenciam a precarização do trabalho docente. Com a ascensão da pandemia, surge a ausência de materiais como computadores, internet com qualidade, docentes capacitados para o uso de meios tecnológicos, acompanhamento adequado aos

estudantes em suas residências, entre outros. Dessa forma, não existia condições e/ou políticas para um trabalho docente com maior qualidade.

Sabemos que a pandemia tem impactos globais, e que tais consequências não se dão de maneira uniforme. A pandemia do novo coronavírus lança luz sobre desigualdades existentes e persistentes na nossa sociedade. Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, são as mulheres que têm recebido o maior impacto com a atual crise, por estarem mais expostas ao risco de contaminação e às vulnerabilidades sociais decorrentes da pandemia, por sua jornada de trabalho sem fim, pois, apesar da mulher, exercer atividade remunerada fora do espaço doméstico isso não repercute nas responsabilidades assumidas por elas com as atividades domésticas.

Diante desse cenário, Santos 2020. argumenta que:

A quarentena será particularmente difícil para as mulheres e, nalguns casos, pode mesmo ser perigosa. As mulheres são consideradas as cuidadoras do mundo dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias. Dominam em profissões como enfermagem ou assistência social, que estarão na linha da frente da prestação de cuidados a doentes e idosos dentro e fora das instituições. Não se podem defender com uma quarentena para poderem garantir a quarentena de outros. São elas também que continuam a ter a seu cargo, exclusiva ou maioritariamente, o cuidado das famílias (Santos, 2020, p. 15).

A ONU Mulheres, em 2020, destaca que as mulheres são essenciais na luta contra a pandemia, mas são também desproporcionalmente afetadas pela crise. Mesmo antes da pandemia, já existia uma sobrecarga no trabalho das mulheres, com o isolamento social isso foi, significativamente, ampliado. Essa realidade, ressalta-se nas mulheres/meninas, pois foram prejudicadas durante essa reconfiguração, uma vez que as mulheres são as principais responsáveis pelos cuidados do lar e, portanto, tiveram seu tempo reduzido para trabalho e estudos, mas foram cobradas na mesma proporção que os homens.

Em relação a isso, Oliveira (2008) como precarização do trabalho docente, resultado da intensificação desse trabalho, ampliação do raio de atuação do professor e, consequentemente, maior desgaste e insatisfação por parte desses trabalhadores. Em relação ao trabalho docente, Gatti (2011, p. 25) afirma:

Cada vez mais, os professores trabalham em uma situação em que a distância entre a idealização da profissão e a realidade de trabalho tende a aumentar, em razão da complexidade e da multiplicidade de tarefas que são chamados a cumprir nas escolas. A nova situação solicita, cada vez mais, que esse (a) profissional esteja preparado (a) para exercer uma prática contextualizada, atenta às especificidades do momento, à cultura local, ao alunado diverso em sua trajetória de vida e expectativas escolares.

A jornada de trabalho dos docentes se intensifica durante a realização do ensino remoto, conforme Oliveira e Junior (2020, p.732) “um dos possíveis fatores que contribui para o aumento da carga de trabalho é a pouca ou insuficiente formação dos profissionais para lidar com tecnologias digitais. Os ambientes virtuais de aprendizagem ainda não são conhecidos pela maioria dos profissionais em exercício presencial nas escolas”.

5 TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN: ANÁLISES DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO ENSINO REMOTO

A pandemia de Covid-19 surpreendeu a todos com a sua potencialidade de transmissão e letalidade, as consequências foram diversas, e atingiu todos setores da sociedade. Embora que, a medidas de contingências para frear o vírus tenha acentuado um tipo de crise.

A situação política atual do País acentua as condições desiguais de enfrentamento à pandemia. O Governo tem se demonstrado incapaz de responder eficientemente às exigências impostas pelas crises sanitária e econômica, aprofundadas com a chegada da pandemia.(Oliveira, 2020, p.4)

A crise que se evidencia com o advento da pandemia não teve seu início com no ano de 2020, ela existia muito antes do romper da quarentena.

As crises graves e agudas, cuja letalidade é muito significativa e muito rápida, mobilizam os media e os poderes políticos, e levam a que sejam tomadas medidas que, no melhor dos casos, resolvem as consequências da crise, mas não afetam as suas causas. Pelo contrário, as crises graves mas de progressão lenta tendem a passar despercebidas mesmo quando a sua letalidade é exponencialmente maior. A pandemia do coronavírus é o exemplo mais recente do primeiro tipo de crise (Santos, 2020, p.22).

O trabalho docente durante o período de pandemia acarretou em problemas que permeiam os dias atuais, a ausência de um espaço adequado, uma rotina escolar, dentre outros fatores levaram aos problemas que estamos vivenciando. A pandemia, ainda evidenciou o quanto a educação brasileira está sucateada e deixada de lado. O ensino remoto nos mostrou que não há efetividade total no ensino remoto, que em decorrência da redução das possibilidades, ausência de material, de investimentos na educação que contribuem para avanço da educação nos mostra o declínio percorrido durante esses tempos cruéis.

Perpassando por isso, para dar início a coleta de dados, o primeiro ponto foi definir a forma de contato com os professores, com o retorno presencial das atividades remotas, se almejava um contato direto com os docentes em seus espaços de trabalho.

Foi projetado um total de 170 profissionais para aplicação do questionário, sendo que, deste total, aplicou-se 60 questionários, nas escolas da rede municipal de ensino de Angicos,

pois, por motivos diversos, muitos professores não se colocaram disponíveis para participar da pesquisa, mas também compreendemos esse fato como um dos dados a serem considerados para minha pesquisa. Embora não tenha sido alcançado um retorno de 100% do esperado, foi possível conseguir um panorama sobre como ocorreu o trabalho dos docentes no contexto de pandemia.

5.1 AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO ENSINO REMOTO PARA OS/AS PROFESSORES/AS

A orientação de suspensão das aulas presenciais foi umas das medidas de enfrentamento ao covid - 19 em todo o mundo, no município de Angicos não foi diferente, no mês de março de 2020 ocorreu a suspensão das aulas presenciais em todas as escolas da cidade.

Segundo Oliveira e Pereira Junior (2020), a pandemia aconteceu em um contexto singular da política brasileira, especialmente, no âmbito das questões educacionais. Se faz necessário a compreensão de que o processo histórico de desigualdades sociais, se manifesta através do elevado índice de pobreza, assim como desemprego e precarização do trabalho, que será evidenciada na desregulamentação das relações de trabalho, de reformas trabalhistas abusivas e nas adaptações abruptas impostas aos trabalhadores.

Diante disso, foi adotado a modalidade de ensino remoto durante o período de quarentena, na qual se iniciou um longo percurso de dificuldade por se tratar de uma nova forma de trabalhar para os docentes.

O novo ambiente de ensino exige que professores e alunos possuam recursos tecnológicos para realizar as atividades. Enquanto os docentes precisam de ferramentas para preparar as aulas e fazê-las chegar aos estudantes, estes necessitam de recursos tecnológicos para acessar os conteúdos disponibilizados (Oliveira, 2020, p.13)

Ao analisar os questionários realizados pelos professores, a nova modalidade de ensino, necessitava de novos recursos que possibilitasse o contato entre alunos e professores/as. Com base nos dados coletados, no ano de 2020 a secretária municipal de educação, não forneceu equipamentos ou formações continuadas para os profissionais da

educação da rede, cada instituição em planejamento organizou suas próprias estratégias de trabalho seguindo as normativas de trabalho no período pandêmico.

Em contrapartida, no ano de 2021, a secretaria municipal de educação forneceu aos professores/as tablets e smartphones para auxiliar nas demandas do trabalho remoto. Não foram ofertados planos de banda larga para os professores/as, onde os mesmos tinham que custear um plano de internet de qualidade para dar conta de seu trabalho em suas casas.

Quanto ao planejamento coletivo na escola, cada instituição se organizou da maneira que atendesse às suas necessidades particulares, sendo em algumas escolas esse planejamento ocorria quinzenalmente e em outras acontecia semanalmente. Essa maneira de planejamento permitia um acompanhamento da coordenação pedagógica do trabalho dos professores e das devolutivas dos alunos.

Dessa forma, faz-se o uso da avaliação do trabalho docente de modo que ela fosse utilizada como estratégia de planejamento, na medida em que apontava-se um diagnóstico que pudesse possibilitar melhorias para o trabalho desenvolvido em cada instituição.

O novo coronavírus produziu esse efeito, mas em uma velocidade bem mais intensificada, possivelmente pelas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), pois foi possível perceber que todo o mundo não se encontrava previamente preparado para os efeitos sociais, culturais, educacionais e econômicos gerados por esse vírus (Arruda, 2020, p. 258).

Com o início do ensino remoto houve uma intensificação do trabalho docente, os professores/as dedicavam de 8h até mais de 10h de planejamento semanal individual de suas atividades, o trabalho remoto triplicou a jornada de trabalho e se fez necessário está disponível várias horas por dia para atender os pais e alunos, fora de sua carga horária cotidiana.

5.2 A PARTICIPAÇÃO DOS/AS ALUNOS/AS NAS AULAS DURANTE O ENSINO REMOTO: AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

Nos últimos anos os recursos tecnológicos trouxeram inúmeros avanços que facilitam o ensino/aprendizagem quando presentes na realidade de um estudante, ao considerar ausência de computadores, internet, ou até mesmo a falta de instrução sobre como utilizar tais recursos que tanto estudantes e professores enfrentam. É importante ressaltar que:

É importante destacar que embora os avanços tecnológicos venham ocorrendo de forma exponencial, sobretudo nas últimas décadas, esses recursos nem sempre chegam, ou estão disponíveis para todas as classes sociais ou indivíduos. A internet, por exemplo, um recurso básico e essencial em um mundo cada vez mais digital, não está presente em todos os domicílios brasileiros, o que também provoca influências na educação. (Branco, 2020, p. 330)

Nesse prisma, o acesso aos recursos tecnológicos representa o maior desafio do sistema de educação pública, não apenas no município de Angicos, mas em todo o Brasil. Um dos principais afetados no ensino remoto foi os alunos, por viverem um contexto de pobreza e desigualdade social, muitos dos alunos da rede municipal de ensino de Angicos não tinham acesso às tecnologias necessárias para dar continuidade aos seus estudos durante a pandemia.

A pesquisa realizada mostra que a secretaria de educação não disponibilizou equipamentos (computadores, e/ou tablets) e plano de banda para os/as alunos/as, o que dificultou ainda mais o trabalho dos professores/as, pois sem acesso aos meios de comunicação, sobraria poucas alternativas de acessos aos/as estudantes.

Foi realizado inicialmente atividades com os alunos/as de dois a três dias por semana no ano de 2020, no ano de 2021 passou-se a ser realizado atividade todos os dias. As plataformas que foram utilizadas foram o *Youtube*, *Google Meet* e *Whatsapp*.

Essas tecnologias de comunicação utilizadas massivamente por milhares de professores e professoras no país não foram desenvolvidas para fins educacionais. E não podem ser reconhecidas como recursos tecnológicos dos sistemas de ensino. Elas pertencem às chamadas bigtechs, grandes empresas de TI.

Muitas dessas tecnologias foram utilizadas pelos professores sem que estes fizessem qualquer reflexão sobre as implicações destas tecnologias com a coleta massiva de dados dos alunos e dos próprios professores.

Nos últimos anos, temos visto o crescimento de um modelo de negócio liderado pelas bigtechs que se assenta na captura, armazenamento, tratamento e comercialização de dados dos usuários da internet.

Os últimos acontecimentos no âmbito nacional tendem a piorar esses fatores que só dificultam o desenvolvimento da aprendizagem dos/as alunos/as devido a falta de acesso a

internet, a falta de equipamentos, a falta de acompanhamento das famílias o que gerava um enorme ausência nas aulas. Segundo Ferreira e Barbosa:

Na escola de agora e nas práticas em período de isolamento, muito do que é proposto se restringe ao campo dos meros contatos, negando-se aos alunos e às professoras a experiência de discussões que possibilitam a percepção do quanto sua vida se entrelaça à dos outros. [...] defendemos que as propostas realizadas pelas professoras com seus alunos sejam pensadas de modo a reafirmar a potência das relações humanas e do convívio social. (FERREIRA e BARBOSA, 2020, p. 17).

O contexto de pandemia da covid-19 pegou a todos de surpresa, o início do ensino remoto e sua implementação ocorreu de maneira acelerada, sem planejamento e organização, não houve a participação da comunidade educacional nas decisões, pois o momento não possibilitou tal ação.

Além de que os estudantes possuem bem menos acesso a recursos tecnológicos necessários ao ensino remoto do que os professores, fator que contribui para um menor retorno dos estudantes nas aulas remotas. O que resultou em um ensino remoto sem considerar as diferentes condições de acesso e desigualdades existentes no âmbito educacional de todo o país.

Ainda, o desafio de todos terem acesso às ferramentas adotadas no ensino remoto durante a pandemia também desvelou mazelas em relação à implantação desses recursos nas práticas de ensino.

No tocante aos dados referentes à aprendizagem dos/as alunos/as durante o período pandêmico considerou-se as dificuldades enfrentadas como a ausência de um recurso tecnológico, um ambiente adequado para os estudos, apoio familiar e etc.

As práticas de ensino/aprendizagem vivenciadas no período pré-pandemia pelos docentes e alunos sofreram mudanças impactantes, que alteraram as metodologias didático-pedagógicas das atividades que antes eram realizadas no ambiente escolar.

Em relação ao ensino remoto, Arruda (2020, p. 266) argumenta que:

A educação remota emergencial pode ser apresentada em tempo semelhante à educação presencial, como a transmissão em horários específicos das aulas dos professores, nos formatos de lives. Tal transmissão permitiria a colaboração e participação de todos de forma simultânea, mas pode envolver a gravação das atividades para serem acompanhadas por alunos sem condições de assistir aos materiais naquele momento. Ela também pode envolver mais iniciativas da EaD, implementando ferramentas assíncronas (que funcionam de forma não instantânea,

como fóruns de discussão) e melhor estruturação de materiais. Pode também envolver a transmissão de conteúdos por TV, rádio ou canal digital estatal, de forma mais massiva e emergencial.

A rede municipal de ensino de Angicos, estabeleceu durante o isolamento social, a modalidade de ensino remoto, desse modo, as aulas eram ministradas três vezes por semana, por meio das plataformas digitais *Google Meet*, *Whatsapp*, *Youtube*, entre outros. Em consideração a aprendizagem, obtivemos o dado de que os níveis foram regulares e bons, mesmo com todos os aspectos que atingiu de modo brutal a reconfiguração do trabalho docente e também a oferta de ensino, segundo os/as profissionais entrevistados/as, o desenvolvimento da aprendizagem obteve um bom desempenho.

O bom desempenho dos alunos durante o ensino remoto, na avaliação dos docentes, configura-se como alienação, tendo em vista que para esses profissionais, a qualidade do ensino remoto refere-se ao que foi possível de ser realizado pelos próprios docentes, ou seja, a visão de que os docentes produziram a qualidade do ensino remoto e não as políticas públicas que deveriam ter sido implementadas.

Diante disso, a avaliação do ensino e da aprendizagem não seria negativa, e isso constatou-se e compreendeu-se a partir dos dados coletados, quando os/as docentes afirmam que o desempenho da aprendizagem dos alunos foi positivo para o contexto vivido, mas, mesmo com todos esses resultados, de fato, relatam em seus comentários que não tinham-se meios adequados para realizar seu trabalho juntos aos alunos.

Ainda, por esse íterim, as autoridades estavam empenhadas em impedir a paralisação total do ensino durante a crise da COVID-19 em todo o país. O que pode-se notar é que a modalidade adotada pelo município de Angicos não foi o suficiente para garantir que o nível de aprendizagem fosse reduzido drasticamente na educação básica do município nesse período. Desse modo, para além do período de pandemia, serão necessários novos esforços não só para recuperar o conhecimento dos alunos que foram prejudicados como também para resgatar aqueles que não tiveram condições materiais, dentre outras razões de acesso ao ensino remoto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste trabalho, como é possível se observar, consiste em abordar a Reconfiguração do Trabalho Docente no Contexto da Pandemia da COVID-19, e aspectos que configuram as condições do trabalho docente, durante o período de 2020 a 2021.

O contexto que se apresenta é reflexo de uma crise global que causou consequências a todos os trabalhadores do mundo, como uma crise de magnitude e extensão sem precedentes, diversos profissionais de todo o mundo tiveram que conviver com uma realidade recorrente ao momento de maneira acelerada, sem avisos ou nenhum tipo de preparo.

O ensino que foi oferecido na modalidade remoto precarizado, uma vez que a oferta não é igual para todos, e que há diversas dificuldades no acesso aos recursos básicos, como tecnologia (internet, equipamentos).

A situação a qual viveu a educação brasileira durante os dois primeiros anos de pandemia foram difíceis, e as consequências deixadas por esse período são várias.

O distanciamento social em decorrência da pandemia da Covid-19 comprometeu a rotina de milhões de crianças e jovens e de suas famílias em todo o mundo, modificando suas rotinas, seus espaços de estudo e trabalho. Diante de uma situação complexa e desafiadora, onde não se tinha acesso e suporte tecnológico oferecidos aos profissionais e estudantes, pouco podia-se ser feito, dada a falta de experiência dos professores para o uso dos recursos tecnológicos de auxílio à realização do trabalho remoto.

Em sua grande maioria, a situação de vulnerabilidade das muitas famílias de estudantes eram de extrema dificuldade, o que dificultava tanto o acompanhamento dos alunos às aulas como a realização de atividades pelos docentes. Assim, o desenvolvimento de atividades durante o ensino remoto acarretou na necessidade de formas diferentes de trabalho que possibilitasse novas habilidades dos docentes.

Por ora, considera-se que o desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca do trabalho remoto durante a pandemia trouxe a compreensão de que foi gerada uma rotina de trabalho excessiva, pois não se tinha um horário determinado de trabalho, nem condições adequadas para realizá-lo. Esta realidade desencadeou uma série de problemas físicos, emocionais e mentais na população, em especial entre aqueles que atuaram na garantia do direito à educação.

Com os dados coletados nessa pesquisa, pode-se concluir que o contexto da pandemia da COVID-19, deixou poucas alternativas para continuidade do processo de escolarização em toda rede de ensino municipal, na qual adotou-se a implantação do ensino remoto de maneira emergencial, resultando na intensificação, precarização do trabalho docente como também a modificação do espaço de trabalho e recursos necessários.

Essas situações de trabalho exigem dos profissionais uma maior organização, planejamento, enfrentamento das limitações das capacidades físicas e mentais para agir no contexto dos anos de 2020 a 2021.

Diante do exposto, a pesquisa desenvolvida nos permite afirmar que a Reconfiguração do Trabalho Docente no Contexto da Pandemia da Covid-19, está relacionada às mudanças que permearam a educação a partir da década de 1990, quando o trabalho docente assumiu uma nova configuração, intensificando-se com a pandemia da Covid-19.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Editora Práxis, 2007.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **O Privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Infoproletários**: degradação do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.
- Anais do XII seminário do trabalho : **crise capitalista, precarização do trabalho e colapso ambiental** : volume 1 / organização Roberto Leme Batista. -- 1. ed. -- Marília, SP : Projeto editorial Praxis, 2021. Vários autores. ISBN 978-65-995130-7-7
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**. São Paulo: Práxis, 1999.
- ANTUNES, Ricardo L. C. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARRUDA, E. P. (2020). Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de COVID-19. Em Rede – Revista de Educação a Distância, 7(1), 257-275. <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>
- BRANCO, E. P., ZANTATTA, S. C., BRANCO, A. B. DE G., & NAGASHIMA, L. A. (2018). A implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais. Curitiba: Appris.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 7. ed. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1974.

- FERREIRA, Luciana Haddad; BARBOSA, Andreza. **Lições de Quarentena: limites e possibilidades da atuação docente em época de isolamento social**. Práxis Educativa, Ponta Grossa v. 15, p. 1-24, jul. 2020.
- FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: Fazenda, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.
- GRAHAM, M e ANWAR, M. A (2020). **Trabalho digital** in: ANTUNES, Ricardo (org.). 2020. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- GATTI, Bernardete Angelina. **Políticas docentes no Brasil: um estudo da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.
- MANZINI, E. J. (2004). **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. *Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos*, 2, 10.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.
- MONLEVADE, João. Pequenas geografias, história e economia da profissão docente no Brasil. In: MENEZES, Luis Carlos (Org.). **Professores: formação e profissão**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Nupes, 1996. p. 137-158. (Coleção Formação de Professores).
- OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 468 p.
- OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E. A. Trabalho Docente em Tempos de Pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 30, p. 719-735, set./dez. 2020.
- Previtali, F. S. e Fagiani, C.C (2020). **Trabalho digital e educação no Brasil**. in: ANTUNES, Ricardo (org.). 2020. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.
- VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA A



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM TEORIA POLÍTICA,
SOCIEDADE E EDUCAÇÃO – GETEPS**

COORDENAÇÃO:
FÁDYLA KÉSSIA ROCHA DE ARAÚJO ALVES

PESQUISA: TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DA PANDEMIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 - CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA (PROFESSORES/AS)

Nome da escola: _____
Endereço: _____ N. _____
Bairro: _____ Município _____ UF _____
Nome do/a professor/a _____
Formação: _____ Formação/Titulação Complementar: _____
Área de ensino que atua (disciplina): _____
Ano: _____ Turno _____ Tempo de magistério _____
Carga Horária: _____

SEGUNDA ESCOLA

Nome da escola: _____
Endereço: _____ N. _____
Bairro: _____ Município _____ UF _____

TERCEIRA ESCOLA

Nome da escola: _____
Endereço: _____ N. _____
Bairro: _____ Município _____ UF _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA**1 – SOBRE AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO ENSINO REMOTO PARA OS/AS PROFESSORES/AS**

a) A secretaria de educação disponibilizou equipamentos (computadores, e/ou tablets) para os/as professores/as?

Sim ()

Não ()

Em caso afirmativo, quais foram os equipamentos disponibilizados?

b) A secretaria de educação disponibilizou plano de banda larga para os/as professores/as?

Sim ()

Não ()

c) A secretaria de educação promoveu processo formativo ou capacitação para os/as professores/as atuarem no ensino remoto?

Sim ()

Não ()

Caso tenha ocorrido processo formativo ou capacitação, mencione quais foram as formações?

d) Com que frequência foi realizado planejamento coletivo na escola?

a) Semanal ()

b) Bimestral ()

c) Semestral ()

d) Anual ()

e) Quantas horas semanais dedicou para a realização do planejamento das aulas remotas?

a) Até 2h ()

b) Até 4h ()

c) Até 6h ()

d) Até 8h ()

e) Até 10h ()

f) Como analisa as implicações do trabalho remoto na sua jornada de trabalho?

2 – SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS/AS ALUNOS/AS NAS AULAS DURANTE O ENSINO REMOTO

a) A secretaria de educação disponibilizou equipamentos (computadores, e/ou tablets) para os/as alunos/as?

Sim ()

Não ()

b) A secretaria de educação disponibilizou plano de banda larga para os/as alunos/as?

Sim ()

Não ()

c) A escola realizou reunião com os pais ou responsáveis dos/as aluno/as para prover orientação sobre o funcionamento do ensino remoto?

Sim ()

Não ()

d) Como considera a participação dos/as alunos/as durante o ensino remoto?

Ruim ()

Regular ()

Boa ()

Ótima ()

e) Como considera a participação/envolvimento dos/as responsáveis durante o ensino remoto?

Ruim ()

Regular ()

Boa ()

Ótima ()

3 – SOBRE A AVALIAÇÃO E A APRENDIZAGEM DOS/AS ALUNOS/AS DURANTE O ENSINO REMOTO

a) Como considera a aprendizagem dos/as alunos/as durante o ensino remoto?

Ruim ()

Regular ()

Boa ()

Ótima ()

b) Com qual frequência semanal passou atividades remotas para serem realizadas pelos/as alunos/as?

c) Na sua percepção, quais fatores dificultaram a aprendizagem dos/as alunos/as durante o ensino remoto?

4 – SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DOS ALUNOS/AS DURANTE O ENSINO REMOTO

a) Utilizou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) como uma referência para assegurar a privacidade digital dos/as alunos/as no ensino remoto?

Sim ()

Não ()

b) Utilizou Softwares Livres e Open Source para a comunicação com os/as alunos/as e os/as responsáveis?

Sim ()

Não ()

c) Quais recursos tecnológicos utilizou-se para oferecer o ensino remoto? Cite algumas das tecnologias utilizadas para o funcionamento do ensino remoto e para a comunicação com os pais e/ou responsáveis.

ANEXO A - DOCUMENTO A



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO

CAMPUS ANGICOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ declaro, para os devidos fins a que se fizerem necessários, que estou disposto(a) a participar, voluntariamente, da pesquisa desenvolvida pela discente Joycieide Vivia Soares de Souza, sob orientação da professora Doutora Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves. A pesquisa compreende o Trabalho de Conclusão de Curso da discente de Pedagogia (Ufersa/Angicos) e tem os seguintes objetivos:

a) Analisar a Política de Valorização Docente e a Reconfiguração do Trabalho Docente da Rede Pública Municipal de Educação de Angicos/RN, durante a Pandemia de Covid-19, no período de 2020 a 2021; b) Analisar as implicações do capitalismo no mundo do trabalho; c) Analisar a reconfiguração do trabalho dos docentes da rede pública municipal de educação de Angicos/RN durante a Pandemia de Covid-19; d) Conhecer e analisar as implicações da reconfiguração do trabalho docente no contexto da Pandemia de Covid-19 na saúde desses trabalhadores; e) compreender como ocorreu o processo de trabalho remoto e quais políticas de valorização docentes foram implementadas na rede pública municipal de educação de Angicos/RN durante a Pandemia de Covid-19.

Declaro, ainda, ter sido esclarecido (a) sobre os seguintes pontos:

- A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder ao questionário elaborado pela discente e ceder os possíveis documentos solicitados.

- Não terei nenhuma despesa financeira ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo por isso.
- Meu nome será mantido em sigilo, assegurando, assim, a minha privacidade, e, se eu desejar, terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo.
- Não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação nesta pesquisa.
- Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Logo, minha participação nesta pesquisa se deu de maneira autônoma, consciente, livre e esclarecida.

Angicos/RN, ____ de outubro de 2022.

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela pesquisa